



MÉMOIRA DO FÓRUM – DIA 2 – 08/11/2012 -



Momento 1 - LEGALIDADE E EFICIÊNCIA NA GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS – Prof. Dr. Celso Luiz Braga de Castro – Diretor da Faculdade de Direito – UFBA.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1976), Mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal da Bahia (2001) e Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia, tendo sido Coordenador da Faculdade de Direito no período de 1999 até 2003. Atualmente é Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e Presidente da Fundação Faculdade de Direito instituição responsável pela administração financeira dos cursos de pós-graduação lato-sensu da UFBA. Atua na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo. (Texto informado pelo autor) –

Fonte:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4266426P7>

→ É um tema muito amplo. Um pequena anedota... antes.... “Um senhor encontra uma lâmpada de um gênio. Ao esfregar a lâmpada o gênio disse: estamos em crise e só tem direito a um pedido. Ok! Quero ser um sultão cercado de mulheres e um lindo palácio! Pedido atendido e após vislumbrar toda a situação o “sultão” ficou parado sem ação. O gênio perguntou: e aí, não sabe o que fazer? Resposta: Sim eu sei, só não sei por onde começar.”

→ Legalidade não é algo que nasceu com a humanidade, ela foi sendo criada ao longo da história;

→ Conta uma história para vincular ao tema da palestra – a formação dos feudos – absolutismo e depois o Estado Liberal;

→ Ponto de partida – que o Estado não intervenha – desejo de uma situação livre e passar despercebido;

→ Alguns problemas passam a surgir e há a necessidade de se criar mecanismos reguladores e um Estado provedor (moradia, saúde, educação...);

→ O Estado passa a ter a necessidade de realizar – um Estado letárgico era o sonho da burguesia;

→ Para sair deste “status” o Estado precisaria de Leis;

- As Leis são variáveis – é necessário um equilíbrio;
- Há leis maléficas que produzem efeitos benéficos – há leis benéficas que produzem efeitos maléficos;
- As Leis prejudicam a criatividade dentro das IFES;
- Controle excessivo prejudica o andamento e burocratiza demasiadamente o sistema das IFES;
- O efeito “COPA DO MUNDO DE FUTEBOL”- um regime diferenciado criará aberturas futuras – é uma “motivação terrível”;
- Licitação é a melhor forma de se conseguir a pior proposta – citando autor Francês;
- “Parecer não é ser – na prática acaba sendo”;
- Qual a diferença entre a legalidade e a eficiência: um é o freio e o outro é a aceleração;
- A norma não pode ser arbitrária – sem eficiência ela é arbitrária;
- A Lei sem eficiência é inconstitucional;
- A licitação pelo menor preço é ineficiente – “um barato que sai caro”;
- Como situar tudo isto diante das situações atuais?
- TCU – Juízes sem rosto – quem faz é a assessoria;
- Modelo de licitação orgânica é o usado no Brasil;
- Os membros das comissões não entendem sobre obras, compras, etc;
- Desafio: criar dentro das IFES um mecanismo conjunto para exercer estas ações conjuntas e com pessoal voltado especificamente para este tipo de ação;
- Todos os mecanismos no arsenal legislativo estão antenados em travar os atos administrativos;
- Comecem a olhar as Leis – perguntem para que serve a Lei – a Lei não é o valor é o meio – legalidade é um meio de se garantir a segurança jurídica – se isso não acontece ela se torna inconstitucional;
- Criar um sistema diferenciado para as IFES;

→ Dinheiro a mais não resolve se não houver qualificação de pessoal;

→ Depois de mais algumas história finalizou sua palestra e abriu para perguntas;

Silvana: Ok, falou-se sobre a 8666/93 e os acórdãos?

Reitor UFMA (Prof. Natalino Salgado Filho): Parabenizou o palestrante – Citou a situação burocrática no Brasil que trava o crescimento do País – Observa que existe a legislação que institui a autonomia das IFES, mas que na prática as IFES estão perdendo cada vez mais esta autonomia – A briga pela Lei das Licitações é uma questão social, pois recurso público está sendo gasto de forma ineficiente – Se não houver mudanças o “esporte de risco” continuará na área administrativa/planejamento das IFES – todo o tempo se cria mecanismos de travamentos do sistema – uma estrutura pesada difícil de ser mobilizada e ainda por cima exigindo eficiência – é uma situação grave e que precisa ser encaminhada;

Reitora UFBA (Prof. Dora Leal Rosa) : Parabenizou o palestrante – Relata que marcou reunião com o Ministro e solicitou ajuda quanto ao apoio às IFES – Respondeu que o MEC é quem deve impor esta discussão e que o encaminhamento deverá ser feito ao mesmo – “Nós estamos sob o império do medo”- Fez um relato particular de uma situação vivida como gestora – o Brasil não produz novidades – é necessário uma legislação diferenciada – dificuldade de realização de ações que melhoram a eficiência no funcionamento das IFES – Acredita que o FORPLAD tem o papel fundamental e que podem estudar as documentações e apresentar encaminhamentos para melhorar a eficiência nos gastos das IFES – citou o caso de uma portaria que definia as políticas de funcionamento das IFES (diretor de Hospital contratando sem o conhecimento da Reitoria) – vem percebendo a diminuição da autonomia das IFES e a modificação do relacionamento com o MEC;

RESPOSTA:

Agradeceu o convite e recebimento na UFMA. A Lei 8666/93 deveria ser revogada (“jogada no lixo”) – trata as parte como bandidos (contratado e contratante quem lesar..) – Quer a proposta mais vantajosa ao mesmo tempo que desejam a isonomia – é impossível alcançar esta controvérsia – somos o único País que contrata para que as empresas estejam regulares com INSS e afins, citou com exemplo – sobre os acórdãos – por que não há reação contra os acórdãos? – houve um “golpe” quando se destitui o advogado e institui o procurador federal – a IFES ficou sem defesa diante das situações externas – houve uma quebra da autonomia das IFES e ninguém reagiu – é necessário uma mobilização buscando um espaço para melhorar a situação atual – temos que ser ouvidos – o “autismo” das unidades controladoras tem cura – um acórdão só se forma por que não há mobilização dos interessados – é necessário criar uma indignação desse sistema de acórdão – por que estamos perdendo prestígio neste momento da sociedade? – é necessário sair do cotidiano e buscar mudanças... citou várias músicas de Chico Buarque e Gil... É necessário mostrar o quanto a situação atual destrói a eficiência das IFES – não há como trabalhar com medo – o “status” é de medo, pavor – como e por que deveremos sair deste tipo de

situação? O encontro do FORPLAD é o momento de se encaminhar tais ações – não é um muro de lamentações, mas sim criar um movimento para contrapor o que está posto atualmente – encerrou;

Silvana: Infelizmente em razão do tempo não conseguiremos abrir para mais perguntas – parabenizou pela excelente palestra e amostra da percepção necessária para mudar a situação corrente.